

O CRIPTOBOY

Como um jovem paulistano lavou bilhões de reais do crime organizado com moedas virtuais

ALLAN DE ABREU

Desde muito jovem, o paulistano Dante Felipini revelou-se um prodígio no mundo digital. Aos 13 anos, já participava de grupos de programadores na extinta rede social Orkut e dominava as linguagens de programação que permitiam criar páginas da internet. Indo mais fundo em seus conhecimentos, aos 17 anos ele mergulhou na *deep web*, onde deparou com a primeira das criptomoedas, o *bitcoin*. Era todo um território fascinante que a tecnologia abria para a sua imaginação, mas o rapaz preferiu seguir por outro caminho quando foi escolher um curso superior

Em 2013, aos 19 anos, matriculou-se em direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie, em São Paulo. Felipini se sentiu motivado a seguir a carreira jurídica depois de acompanhar o trabalho do ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, como relator em um julgamento que estava no auge do escândalo do mensalão.

Na faculdade, o estudante não se mostrou muito aplicado e, com frequência, costumava cabular aulas para fumar com amigos na rua em frente à escola, no bairro de Higienópolis. Apesar disso, sempre obteve boas notas e chegou sem sobresaltos até o último ano da graduação. Em

seu trabalho de conclusão de curso (TCC), em 2017, ele uniu o gosto pela tecnologia com os conhecimentos recém-adquiridos do direito penal e analisou os aspectos técnicos e jurídicos da lavagem de dinheiro por meio de criptomoedas. O trabalho levou nota 10, mas Felipini acabou reprovado por não ter cumprido a carga horária mínima em atividades de pesquisa.

Aquela altura, porém, o diploma de advogado era o que menos lhe importava. Ele já se tornara um perito no mercado de criptoativos, e em poucos meses ficaria milionário lavando dinheiro sujo para todo e qualquer tipo de criminoso. Entre 2017 e 2023, Felipini e outros jo-

vens paulistanos especialistas no mercado de moedas virtuais – os chamados *criptoboy*s – haviam colocado seu talento a serviço de bandidos. E, naqueles seis anos, fizeram o que os amigos do crime fazem: fecharam os olhos para a origem dos 19,4 bilhões de reais convertidos por eles em criptoativos.

O cálculo do montante – uma enorme soma, equivalente à receita anual de Belo Horizonte – foi feito pela Polícia Federal, que constatou que o dinheiro tinha origens criminosas diversas. Era fruto de estelionatários, empresários sonegadores de impostos, contrabandistas chineses, traficantes internacionais de cocaína do



Dante Felipini: ele foi útil até ao Hezbollah, mas não com uma arma em punho, e sim diante de um computador e de um celular, pondo todo o seu conhecimento a serviço da organização

Primeiro Comando da Capital (pcc) e as máfias italiana e albanesa, passando por membros do Hezbollah, a organização política e paramilitar do Líbano.

Uma vez convertida em moeda virtual, a dinheirama suja corria o mundo, ocultada sob uma chave criptografada, até ser convertida novamente em moedas concretas, no Brasil ou em qualquer ponto do planeta, devidamente "lavada" de sua origem ilegal – uma atividade que faz dos *criptoboys* uma espécie de doleiros dos tempos atuais. Na história recente do Brasil, esse gigantesco esquema de lavagem de dinheiro e de evasão de divisas do crime organizado só fica

atrás do caso Banestado (nos anos 1990) e da Operação Lava Jato.

Filho único de um casal de psicanalistas, Dante Felipini nasceu e cresceu no Jabaquara, bairro de classe média de São Paulo. Embora não precisasse, começou a trabalhar muito cedo, aos 14 anos, como garçom em bufê de festas infantis. Durante a graduação em direito, empregou-se em três locais diferentes como estagiário: em um cartório de notas, uma vara cível e um escritório de advocacia. Foi nessa época que aprendeu a operar no mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo. Comprava ações

de empresas semifalidas e esperava alguma valorização, como fez com uma companhia do empresário Eike Batista, na qual investiu 1 mil reais e, em oito meses, lucrrou 9 mil reais. Com o ganho, comprou algumas armas de *airsoft* de fornecedores do Paraná e do Vale do Paraíba e as revendeu em uma página do Facebook.

O negócio deu certo, e Felipini passou a ir pessoalmente até Ciudad del Este, no Paraguai, para adquirir o equipamento a preços mais baixos. Também abriu uma empresa, montou um site na internet e trocou a casa dos pais por um flat próximo da Avenida Paulista. Em 2017, porém, as vendas começaram a cair, e o jovem

desistiu da empreitada. Comprou um automóvel usado e virou motorista de aplicativo. Com o restante de sua reserva financeira, investiu em *bitcoins*, moeda virtual que vivia um processo frenético de valorização – no início de 2017, 1 *bitcoin* valia 995 dólares; doze meses depois, passou a valer 20 mil dólares.

O *bitcoin*, também conhecido pela sigla *btc*, havia sido criado nove anos antes por um programador (ou um grupo de programadores) que usava o pseudônimo de Satoshi Nakamoto e cuja identidade nunca foi descoberta. Em outubro de 2008, na esteira da crise financeira global motivada pela quebra do mercado

Saul Steinberg

Vista do Mundo da 9ª Avenida, 1976



americano de hipotecas, Nakamoto publicou o artigo técnico *Bitcoin: um sistema de dinheiro eletrônico ponto a ponto*, que apresentou ao mundo a criptomoeda, a primeira que obtinha grande sucesso. Ao criar o *bitcoin*, Nakamoto rompeu com o conceito de moeda estabelecido no século XX, cuja emissão é centralizada num organismo estatal e regulada pelo Estado.

O *bitcoin*, assim como todas as demais moedas virtuais, substitui o dinheiro convencional, elimina a intermediação de bancos ou empresas, permite operações anônimas e, como tudo ocorre pela internet, é transnacional – ou seja, é um cenário ideal para a lavagem de dinheiro do crime organizado. Estudo da Chainalysis, empresa que monitora o mercado mundial de criptoativos, calcula que somente em 2024 atividades ilegais movimentaram 40,9 bilhões de dólares em moedas virtuais no planeta.

Os traços anarcocapitalistas das criptomoedas atraíram a atenção do jovem Felipe, que decidiu apostar tudo nesse novo mercado. Ele ingressou em um grupo de operadores de criptomoedas no Facebook chamado Bitcoin Brasil e começou a participar de eventos pelo país. Foi quando conheceu outras pessoas interessadas nessa atividade, como Vinicius Zampieri Marinho, Bruno Kioshi Tomo Tashira e Jhonny Rich Sales dos Santos. Todos eles perceberam que havia uma diferença na cotação dos *bitcoins* do Brasil e dos Estados Unidos que lhes permitia lucrar na “arbitragem”, ou seja, na compra e venda de *bitcoins* entre os dois países. Felipe chegou a criar um programa que identificava essas janelas de oportunidades entre as corretoras.

No início, todo o dinheiro investido provinha dos próprios operadores. Até que Felipe foi procurado por um ami-

go cujo pai havia morrido e deixara grandes dívidas tributárias. Para evitar que o fisco sequestrasse o dinheiro das contas bancárias do falecido, o filho pediu que Felipe investisse 150 mil reais em criptomoedas – aplicação mais difícil de ser rastreada pela Receita –, em troca de uma remuneração. Deu certo: a operação nunca foi descoberta pelo fisco.

Felipe investiu em várias carteiras de diferentes corretoras, casando essa operação com a de clientes que queriam fazer o inverso: transformar criptoativos em reais ou dólares. É uma variante contemporânea das antigas operações de dólar-cabo, em que doleiros recebiam dólares no Brasil e entregavam quantia igual em dólares no exterior, através de operações paralelas, à margem do controle dos bancos centrais. Felipe tornava-se assim uma espécie de “criptodoleiro”.

Seu passo seguinte na nova carreira foi investir 100 mil reais em criptomoedas para um empresário chinês radicado em São Paulo. Até a década passada, os lojistas do comércio popular paulistano faziam operações dólar-cabo para enviar dinheiro aos fornecedores de mercadorias na China sem pagar tributos. Depois, passaram a adotar criptoativos para movimentar dinheiro entre os países, à margem do câmbio oficial, evitando assim o pagamento de impostos.

Em 2017, o jovem, que até então movimentava dinheiro apenas na sua conta bancária de pessoa física, fundou uma empresa, a Makes Exchange, com uma conta própria, para fazer a negociação dos chineses, de quem passou a receber entre 10 e 20 mil reais mensais. Satisfeito, o empresário começou a levar mais e mais lojistas chineses para a Makes. Eram grandes clientes, que entregavam a Felipe milhões de reais, muitas vezes em espécie,

para que ele transformasse em criptoativos, permitindo que o dinheiro fosse sacado do outro lado do mundo. Como ainda não tinha estrutura empresarial para lidar com tanto dinheiro, Felipe buscou a ajuda de José Eduardo Froes Junior, um dos maiores operadores do mercado de criptomoeda do Brasil na época.

Primogênito dos quatro filhos homens de um próspero empresário de Campinas, Froes Junior havia feito carreira nos anos 1970 e 1980 em multinacionais nos Estados Unidos – país onde estudou finanças e marketing – e em empresas de telecomunicações na Índia e na África do Sul. Em 2015, mudou-se para São Paulo, onde se tornou diretor de uma empresa de telefonia móvel até fevereiro de 2018, quando foi demitido.

No ano anterior à sua demissão, Froes Junior tomara conhecimento, em uma palestra do presidente da Foxbit – uma das maiores corretoras de moedas virtuais do Brasil –, da alta rentabilidade dos criptoativos. Enquanto os investimentos do mercado financeiro convencional davam um retorno de 10% ao ano, o mercado de criptoativos oferecia essa mesma rentabilidade ao dia. Quando ficou desempregado, Froes Junior apostou tudo no mercado de criptomoedas. Ao pesquisar sobre o tema, ele também se deu conta que o *bitcoin* valia mais no Brasil do que nos Estados Unidos, devido ao maior volume de transações no mercado americano. Surgiu então a ideia de atrair clientes do Brasil que quisessem transformar dinheiro em criptomoeda e comprar *bitcoins* a preço mais vantajoso nos Estados Unidos. Em troca, Froes Junior cobrava a taxa que o mercado chama de “arbitragem”.

Ele decidiu então criar uma empresa em Miami, a One World Services (transferida em 2020 para Delaware, estado americano considerado paraíso fiscal), e uma subsidiária em Campinas, a ows Brasil. O empresário recebia reais dos clientes no Brasil e fazia operações de câmbio regulares para os Estados Unidos, dizendo que o dinheiro seria utilizado para aumentar o capital social da sua empresa em Miami ou na compra de mercadorias nos Estados Unidos. Lá, adquire *bitcoins* para os clientes brasileiros.

Froes Junior tornou-se especialista em operações batizadas de OTC (*over-the-counter*, ou “sobre o balcão”), que ocorrem fora das plataformas de negociação tradicionais, como as das corretoras de criptomoedas. Deu tão certo que ele colocou os três irmãos mais novos no negócio: Adriano, Luciano e Renato Froes. Entre 2017 e 2021, o grupo familiar enviou 8 bilhões de reais para os Estados Unidos. A princípio, parecia uma operação financeira legítima. Mas só parecia. Segundo a Polícia Federal, os Froes criaram uma gigantesca lavanderia do crime organizado.

“Até então, não se tinha conhecimento de nada parecido”, escreveu o delegado Ricardo Viana de Sousa em um dos relatórios da investigação do esquema ao qual a *piauí* teve acesso. Naquele período

de quatro anos, de 2017 a 2021, as empresas ligadas a atividades ilícitas no Brasil que se valeram dos serviços dos Froes para comprar criptoativos no exterior registraram em suas contas bancárias 60 bilhões de reais em movimentações consideradas suspeitas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), incluindo milhões de reais de depósitos em espécie. Para efeito de comparação, isso equivale ao total de receitas do Grupo Globo, no mesmo período.

Entre os principais clientes dos Froes estavam empresas ligadas a comerciantes e contrabandistas chineses do comércio popular de São Paulo e uma empresa chamada DLM Tecnologia e Intermediação em Informática, que recebeu dinheiro de 2 833 pessoas, boa parte delas de origem chinesa. Entre elas, havia menores de idade (alguns com apenas 2 anos de vida), nonagenários e pessoas já falecidas.

Froes também transformou em criptoativos nos Estados Unidos 5 milhões de reais da empresa Fast Trade Importação e Comércio, controlada por laranjas, segundo a Polícia Federal. A Fast Trade, por sua vez, fez transações financeiras com uma firma ligada a Marivaldo Maia Souza, preso em 2014 sob acusação de movimentar 100 milhões de reais em contas bancárias na China e nos Estados Unidos, dinheiro oriundo do tráfico de drogas e armas do PCC.

Os irmãos Froes transacionavam com todo mundo. Receberam 13,2 milhões de reais de empresas usadas por traficantes internacionais de cocaína no Rio Grande do Sul, 15,5 milhões de reais do sócio de um pastor evangélico acusado de estelionato e falsidade ideológica na cidade mineira de Divinópolis, 28 milhões de reais do empresário Gláison Acácio dos Santos, conhecido como Faraó dos Bitcoins, acusado de montar um esquema de pirâmide financeira com criptomoedas que lesou milhares de pessoas em um total de 9 bilhões de reais.

Por movimentar quantias milionárias – e, portanto, ter alta liquidez –, as empresas dos Froes passaram a ser usadas por operadores menores do mercado de criptoativos no Brasil que queriam remeter dinheiro para os Estados Unidos. Entre eles, estava o jovem Dante Felipe, que justificou ao banco a transferência para Froes Junior dizendo que era para “um grande importador de tecido”. No total, segundo a PF, a Makes Exchange de Felipe transferiu 163,5 milhões de reais para a ows Brasil em 2018 e no início de 2019.

Até que, em abril de 2019, a Makes Exchange passou a fazer ela mesma operações de câmbio para a compra de criptomoedas nos Estados Unidos, sem depender dos Froes. Em dois anos, Felipe enviou 3,7 bilhões para comprar moedas virtuais no mercado americano. A Makes se tornou assim uma OTC. De acordo com a PF, nos quatro primeiros anos de existência da empresa, entre 2017 e 2021, a Makes recebeu em suas contas bancárias cerca de 7 bilhões de reais, no total. “Se eu tenho cliente no Brasil que

compra USD e cliente na China que vende USD. [Então] Eu sou a Kraken", escreveu Felipini por WhatsApp, em janeiro de 2023, para um amigo, referindo-se à sigla da Tether (USDT), uma criptomoeda lastreada no dólar americano (USD), e a uma das maiores corretoras de criptomoedas dos Estados Unidos.

Para a PF, a otc de Dante Felipini repetiu o esquema dos Froes ao transformar dinheiro suspeito em criptomoedas no exterior – tal como a ows, a Makes lavou dinheiro (5,4 milhões de reais) para a mesma quadrilha de narcotraficantes gaúchos, por exemplo. Mas foi além, fazendo o mesmo para traficantes ainda mais poderosos. No segundo semestre de 2020, a Makes recebeu 36 milhões de reais de uma empresa ligada a Sérgio Roberto de Carvalho, o Major Carvalho, um ex-PM de Mato Grosso do Sul, considerado o maior traficante brasileiro no fim da década passada. "Era uma molecada banque-bangue, sem nenhum cuidado em saber a origem do dinheiro que recebia", diz Rocco Lopes, um dos pioneiros do mercado de criptoativos no Brasil.

Os paulistanos Vinicius Zampieri Marinho e Bruno Kioshi Tomo Tashira, amigos de Felipini e *criptoboy*s como ele, criaram esquemas parecidos, ainda que em menor escala. A ZM Consultoria e Gestão, de Marinho, valeu-se também dos serviços de Froes Júnior para enviar dinheiro aos Estados Unidos e lá fazer operações de arbitragem com criptomoedas. Foram 1,8 bilhão de reais, no total. Já a Kioshi Serviços Digitais, de Tashira, remeteu 1,1 bilhão de reais aos Estados Unidos. De acordo com a PF, as duas empresas lavaram dinheiro para o tráfico internacional de cocaína por meio da compra e venda de criptomoedas.

Em 2019, Felipini, sua namorada, a carioca Laura Cury Figueiredo Abranches, o amigo Marinho e outros três *criptoboy*s celebraram a prosperidade financeira adquirida no novo mercado com uma viagem a Milão. Tempos depois, parte deles repetiu a dose em Cancun, no México. Nenhum dos amigos, no entanto, enriqueceu tão rapidamente quanto Felipini. Em 2021, quando estava com 27 anos, ele declarou à Receita 3,7 milhões de reais em bens. Tinha dois automóveis (um Porsche e uma BMW) e pagava 50 mil reais mensais de aluguel por um apartamento duplex na Vila Nova Conceição, um dos bairros mais caros de São Paulo. Para realizar tantas operações financeiras diárias, contava com a ajuda de vinte funcionários e de Laura Abranches – uma jovem loira, poucos meses mais velha, que ele conhecera no mercado de criptoativos.

Nada parecia frear a ambição de Dante Felipini. Aos amigos, ele dizia que só iria parar de trabalhar com criptomoedas quando tivesse 1 bilhão de reais em patrimônio e pudesse fundar o próprio banco. "Acho que ele é bipolar. Alternava momentos de humildade com forte arrogância", diz um amigo, que pediu para não ser identificado e assim não se

indispor com Felipini. "A inteligência e a organização da Laura, aliada à coragem do Dante, fizeram eles crescerem tanto nesse mercado." Para a PF, um terceiro fator pavimentou a lavanderia do casal e dos demais *criptoboy*s: a vista grossa dos bancos brasileiros.

Até março de 2018, Froes Júnior informava aos bancos em que tinha conta no Brasil que suas remessas para os Estados Unidos destinavam-se a garantir "disponibilidade de recursos no exterior". Ele nunca deixava de pagar a taxa de 0,38% de imposto sobre operações financeiras (IOF). Entretanto, a partir daquele mês a alíquota do tributo passou para 1,1%, aumento que afetava diretamente os lucros de sua empresa com a arbitragem de criptomoedas.

Para driblar o imposto, Froes Júnior passou a informar ao Banco Central do Brasil que os recursos enviados aos Estados Unidos seriam utilizados para aumentar o capital social da sua empresa ows, em Miami, já que para essa rubrica a alíquota permaneceu em 0,38%. Como justificativa, entregava aos bancos supostas atas da empresa na Flórida sem nenhuma comprovação de que houvessem sido entregues às autoridades americanas. Três bancos – UBS, Topázio e MS Bank – se negaram a fazer essas operações de câmbio. Outros três – Genial, Master e Santander – aceitaram. (Apenas a partir de fevereiro de 2019 é que Froes passou a usar a rubrica "aquisição de mercadorias entregues no exterior", com IOF de 1,1%.)

Os três bancos que aceitaram a transação, segundo a PF, fizeram vista grossa ao fato de que a ows Brasil recebia dinheiro de empresas de fachada ou em nome de laranjas – bastava uma simples pesquisa em fontes abertas para encontrar essas informações. "Há fortes indícios de que algumas das instituições financeiras que promoveram tais operações de câmbio tinham ciência de que o real motivo da remessa dos valores para o exterior era a aquisição de criptoativos e não o aumento de capital social, promovendo a gestão fraudulenta de bilhões de reais evadidos do país de forma irregular", escreveu o delegado Ricardo Viana de Sousa. Apesar de ele considerar que os bancos cometeram falhas gravíssimas de *compliance*, nenhum deles é alvo da Operação Colossus, da Polícia Federal, que investiga a gigantesca lavanderia de Froes, Felipini, Marinho e Kioshi. A investigação começou em 2020, quando a PF recebeu um relatório do Coaf com movimentações financeiras suspeitas.

(Em nota, a assessoria do Santander informou que o banco "cumpre integralmente a legislação e as normas aplicáveis ao tema, bem como atua em conformidade com as boas práticas internacionais para a prevenção de crimes financeiros". A assessoria do Genial disse que todas as operações de câmbio da ows Brasil "tiveram por base suporte documental idôneo e receberam as classificações mais adequadas" e que o banco

Ministério da Cultura e Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas, apresentam

MUSEU DO FUTEBOL

Terça é dia de visita gratuita ;)

MUSEU DO FUTEBOL

ESTÁDIO DO PACAEMBU – SP
Terça a domingo, 9h às 17h
museudofutebol.org.br

MUSEU DO FUTEBOL | Temporada 2025



CULTSP

Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas

SÃO PAULO

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL

Jean-michel Basquiat

Pez Dispenser, 1984



"sempre zelou pela regularidade das operações de seus clientes e correntistas e pelo estrito cumprimento das normas de *compliance* e de prevenção à lavagem de dinheiro, inclusive com a adoção das medidas necessárias à adequação e aderência ao novo marco regulatório das chamadas criptomoedas". O Banco Master não se manifestou.)

Para manter ativas as contas bancárias da Makes Exchange, Felipini contou com o auxílio de diversos funcionários de bancos. Nenhum deles foi tão útil quanto Fabio Henrique de Jesus, gerente de uma agência do Banco do Brasil em Santo André, na Grande São Paulo, na qual Felipini movimentou 6,7 bilhões de reais entre 2022 e 2023. Há fortes indícios de que, em troca de sua negligência, o bancário tenha recebido propina – dinheiro em espécie, depósitos em conta ou criptomoedas – mesmo antes daqueles anos. Em 2021 e 2022, sua conta recebeu depósitos mensais de 80 mil reais em média, um valor incompatível com o seu salário bruto na época, que era de 12 mil reais. Parte desse dinheiro, segundo o Ministério Público, Jesus empregou na compra de um apartamento em Jundiaí, no interior paulista, no valor de 450 mil reais, dos quais 100 mil foram pagos em espécie.

Sempre que tinha algum problema com suas contas, Felipini recorria à ajuda do gerente, conforme atestam documentos da Operação Colossus a que a *piuí* teve acesso. Quando o Banco do Brasil bloqueou três delas por suspeita de lavagem de dinheiro do narcotráfico, ele pediu socorro ao bancário via WhatsApp. Na resposta, Jesus criticou a atitude do banco: "Isso daria um belo processo kkk. Muita gente burra trabalhando em banco. Achando que sabe o que não sabe". Pelo

diálogo, não fica claro se o gerente resolveu o problema. Em outra ocasião, Felipini perguntou ao bancário se seria possível abrir uma conta no Banco do Brasil para operar com recebimento de valores de *bets*. Jesus desaconselhou a ideia: "Se der uma reclamação, eu travo, devolvo todos os Pix e encerro a conta. [...] Aí podem investigar as contas que eu abri. Aí caiu tudo". Logo em seguida, porém, o gerente recuou, e disse que iria estudar a possibilidade de abrir a conta, desde que Felipini dividisse parte dos lucros com ele. Segundo a PF, o negócio não avançou.

Felipini tinha intimidade com o bancário. Chegou a convidar Jesus para visitá-lo em Dubai, onde estava vivendo com Laura Abranches. Como demonstram as conversas via WhatsApp obtidas pela PF, eles tratavam com frequência de relógios de grife, vinhos e charutos. "Saiba que tem minha eterna gratidão, lealdade e amparo", escreveu Felipini ao amigo, em outubro de 2023. Um mês depois, deu de presente a Jesus uma caixa de charutos cubanos. O mimo custou 700 dólares (3,8 mil reais).

Em março de 2022, depois de dois anos de investigação da Operação Colossus, a PF pediu a prisão temporária de Felipini e de três dos irmãos Froes (o primogênito Froes Junior havia se mudado para a África do Sul, onde vivera anteriormente), mas a Justiça Federal negou. Houve apenas mandados de busca.

Por e-mail, José Froes disse à *piuí* que a ows Brasil desenvolveu políticas de prevenção à lavagem de dinheiro, "com procedimentos ativos de análise e monitoramento de clientes", e que em alguns casos a empresa não só encerrou o relacionamento com clientes suspeitos como reportou a decisão ao Coaf. "O fato de terceiros de má-fé utilizarem

pessoas interpostas em operações de compra e venda de cripto é um problema enraizado no sistema financeiro mundial, atingindo até mesmo os bancos, sendo que a ows seguiu todos os parâmetros de *compliance* exigidos pela lei brasileira". Sobre ter enganado o Banco Central, dizendo que a remessa de dinheiro aos Estados Unidos era para aumentar o capital social da empresa em Miami quando se destinava à compra de criptomoedas, José Froes disse que na época não havia norma específica para esta última operação, e que os próprios bancos o orientaram a proceder dessa maneira.

Em uma segunda fase da operação, em agosto do ano passado, o bancário Fabio Jesus foi preso pela PF, assim como Vinicius Marinho. Ambos foram soltos poucas semanas depois. Procurada pela *piuí*, a defesa do bancário não se manifestou. Também foi decretada a prisão de Bruno Kioshi Tashira, mas ele não foi localizado pela polícia e seguia foragido até o fechamento desta edição. Já Dante Felipini teve um destino bem mais acidentado. Sobre tudo porque, no caso dele, a Polícia Civil de São Paulo chegou antes da Polícia Federal.

Os mesmos relatórios do Coaf que embasaram a investigação da Polícia Federal chegaram às mesas das delegacias da Polícia Civil paulista. Um deles tratava de Jhonny Rich Sales dos Santos, empresário que havia concorrido ao cargo de prefeito de Diadema nas eleições de 2020 pelo PSL. Sales dos Santos operava no mercado de criptomoedas desde meados da década passada por meio da Brasil Digital, que, como a Makes Exchange, adquiriu *bitcoins* para várias empresas, incluindo algumas em nome de laranjas ou ligadas a contrabandistas chineses em São Paulo.

Depois de abrir um inquérito para investigar Santos, a Polícia Civil chegou até Jéssica Monteiro de Castro, ex-funcionária do empresário que decidira operar por conta própria no mercado de criptativos. Mas foi outro inquérito, aberto pelo delegado Nelson Canelo Júnior, titular do 1º Distrito Policial de Diadema, a partir de uma denúncia feita por um ex-namorado de Jéssica Castro, que permitiu aos investigadores se aprofundarem nos negócios da empresa dela, a Amadis Holding. De 2021 a 2024, a Amadis registrou em suas contas bancárias 2,67 bilhões de reais em movimentações consideradas suspeitas pelo Coaf. Entre os clientes, havia novamente empresas em nome de testas de ferro.

Em conversa com seu advogado na época, Jéssica Castro soube que policiais da delegacia estavam pedindo 10 *bitcoins* (o equivalente, em 2023, a pouco mais de 2 milhões de reais) para deixar de investigá-la. Castro recusou-se a pagar. Em seguida, os policiais passaram a intimidar pessoas que mantinham negócios com ela para depor. Pelo menos uma delas, Denis William da Silva, pa-

gou 100 mil reais para não ser implicado na investigação, antes de se mudar para os Estados Unidos.

Jéssica Castro denunciou o caso à corregedoria da Polícia Civil e ao Ministério Público. Uma perícia feita pelo MP constatou que o depoimento de Denis Silva no 1º DP trazia uma assinatura falsificada – um indício, para os promotores, de que fora forjado pelos próprios policiais para livrá-lo da investigação, depois do pagamento da propina. Atualmente, o MP investiga o caso por supostos crimes de concussão (vantagem exigida por funcionário público), falsificação de documentos e organização criminosa. A corregedoria, por sua vez, abriu inquérito para apurar o ocorrido.

Devido às ameaças que passou a receber depois de denunciar as extorsões, Jéssica Castro deixou o Brasil em janeiro do ano passado (procurada pela *piuí*, ela não quis se manifestar). A empresária foi indiciada pelo delegado Canelo Júnior por organização criminosa e lavagem de dinheiro, mas o Ministério Público decidiu remeter o caso à Justiça Federal. O delegado prefere não falar a respeito. À reportagem, disse apenas que a corregedoria concluiu a investigação sem encontrar culpados.

Quando investigava a respeito de Jhonny Santos, ex-patrão de Jéssica Castro, a Polícia Civil deparou com o nome de Dante Felipini. Ambos foram alvos de buscas, mas Felipini não chegou a ser localizado pela polícia. Naquela mesma hora, ele estava levando Laura Abranches até o Aeroporto de Congonhas, onde ela apanharia um avião para visitar seus pais em Florianópolis.

No aeroporto, o jovem viveu uma cena de cinema. Quando ele manobrava seu Porsche Macan no estacionamento, três caminhonetes cercaram o veículo. Nenhuma delas tinha adesivo da Polícia Civil, mas Felipini intuiu que poderiam ser policiais que queriam ameaçá-lo ou extorqui-lo, uma vez que outros amigos *criptoboy*s já haviam sido achacados por delegados e investigadores. Ele então acendeu a luz interna do Porsche, apanhou o celular e simulou estar fazendo uma ligação. As caminhonetes foram embora.

Semanas depois, policiais civis pediram a um advogado próximo que cobrasse 300 mil reais, em dinheiro vivo, de Felipini para deixá-lo fora do inquérito. O jovem pagou. Mas o suborno não parou aí. Os pedidos de propina eram periódicos. Entre 2021 e 2022, segundo a *piuí* apurou com pessoas próximas de Felipini, ele pagou entre 4 e 7 milhões de reais a policiais civis de São Paulo. "Eu não estou aguentando mais", desabafou em um grupo de seus funcionários no WhatsApp. "Não estou aguentando esses bloqueios [das contas bancárias], esses problemas, essas extorsões e demonstrações exageradas de força das autoridades." (Atualmente, ele é investigado pela Polícia Civil em pelo menos cinco inquéritos.)

Mesmo acossados pela polícia, Felipe e Abranches dobraram a aposta na lavanderia de dinheiro ilícito. A primeira medida do casal para escapar dos aches dos policiais foi mudar-se de vez para Dubai, em julho de 2022. A escolha não foi aleatória: os Emirados Árabes Unidos são um paraíso fiscal para o mercado de criptomoedas, uma vez que não tributa esse tipo de atividade. Em setembro, quando a Polícia Federal irrompeu a fase ostensiva da Operação Colossus, Felipe pensou que haveria um mandado de prisão contra ele (não havia, ao menos naquele momento) e lançou o desafio: "Não vão me achar. Nem amanhã nem nunca", escreveu à namorada via WhatsApp.

Como as contas bancárias da Makes estavam bloqueadas pela Justiça a pedido dos policiais civis, Felipe decidiu abrir outras empresas no Brasil em nome de testas de ferro, como a Etnad Ednarg (Dante Grande, ao contrário) Trading Brasil Ltda., registrada em nome de um borracheiro, que movimentou 1,3 bilhão de reais em 2022 e 2023. As empresas tinham dezenas de contas bancárias, uma para cada cliente. E eram muitos os clientes. Em novembro de 2022, uma funcionária de Felipe no Brasil disse ao patrão por WhatsApp que, devido à iminência da posse de Lula, estava sendo muito procurada por pessoas que queriam retirar dinheiro do Brasil fora dos canais oficiais, por meio de criptomoedas.

Entre os interessados, havia uma "família rica de SP" que, de acordo com a funcionária, pretendia que Felipe criasse uma empresa apenas para depositar o capital e em seguida transformá-lo em criptomoeda, a fim de "esconder dinheiro", porque achava que "o governo Lula está querendo tirar as heranças da família". Felipe respondeu: "Se eles querem mandar com pressa e ultraprotetido. Cripto é bem interessante. Posso ensinar a usar e como armazenar carteira de forma segura. [...] Em cripto ninguém mexe."

Para exemplificar seu argumento, Felipe citou o caso de um empresário brasileiro, não identificado por ele, que contratara seus serviços para transformar 77 milhões de reais em criptomoeda, de modo a escapar de um possível bloqueio judicial decorrente de uma ação trabalhista. Relatórios da PF na Operação Conexão Paraíba, obtidos pela **piauí**, revelam que Felipe também foi procurado por narcotraficantes do PCC e membros da máfia calabresa 'Ndrangheta, além de criminosos albaneses, que embarcavam toneladas de cocaína para a Europa em portos do Nordeste. Em 2022, o bando usou uma das empresas de fachada de Felipe para transformar 26,4 milhões de reais em criptomoedas.

Em 2 de janeiro de 2023, quando já morava em Dubai, Felipe foi batizado como membro do Hezbollah, como ele mesmo contou a amigos brasileiros via WhatsApp. Para corroborar a notícia, enviou um vídeo feito no Vale do Bekaa, no Líbano, em que, visivelmente sem jeito, aprende a atirar com um fuzil AK-47 em

prestado por um membro da organização. "Uma arma que matou mais judeu que Hitler", escreveu no grupo de amigos do aplicativo de mensagens. Era a primeira vez na vida que o jovem paulistano empunhava uma arma de fogo. Por isso, enquanto disparava com o AK-47, um homem segurava firme as suas costas, a fim de minimizar o tranco do coice do fuzil.

Felipe foi útil ao Hezbollah. Não com uma arma em punho, mas diante de um computador e de um celular. Segundo a PF, o brasileiro pôs todo o seu conhecimento no mercado de criptomoedas a serviço de pessoas ligadas à organização. Entre outubro de 2022 e agosto de 2023, converteu em criptomoedas 847 mil reais a pedido do empresário sírio Mohamad Khir Abdulmajid. Dono de uma rede de tabacarias em Belo Horizonte, Abdulmajid é acusado pelo Ministério Público Federal de recrutar brasileiros para serem treinados pelo Hezbollah com o objetivo de praticar atentados terroristas contra a comunidade judaica no Brasil. Até o fim de agosto, ele seguia foragido.

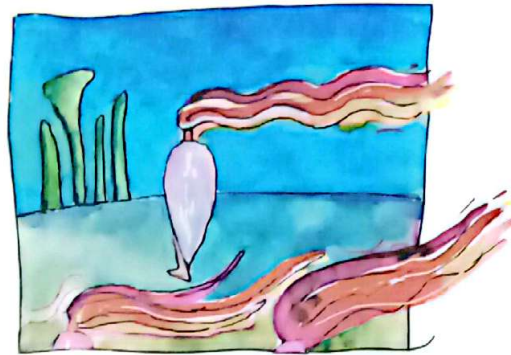
Seis meses depois daquele treino de tiro no Vale do Bekaa, o governo israelense apreendeu 1,7 milhão de dólares em criptomoedas pertencentes ao Hezbollah e à Força Quds, uma organização paramilitar iraniana. As criptomoedas estavam espalhadas em quarenta contas diferentes, uma das quais recebeu dinheiro de uma empresa de São Paulo controlada por Felipe. Ao ser alertado sobre isso por um amigo via WhatsApp, ele não deu a mínima. "Que se foda Israel. Cliente pediu pra pagar", escreveu. "Eu sou facilitador, mano. Eu não quero saber. Essa é a realidade. Se eu soubesse que é terrorismo, arma, tráfico ou corrupção, eu vou cortar. Mas não vou me esforçar para saber."

Naquela época, Felipe se autointitulava o maior operador do mercado de criptomoedas do Brasil. Seu negócio ganhara uma enorme dimensão. Em um único dia, 20 de dezembro de 2023, ele transformou 330 milhões de reais em moedas virtuais. Quatro dias antes, ele e a namorada haviam voltado a São Paulo para passar as festas de fim de ano e o aniversário dele, no dia 27 de dezembro, com os pais. Foram seus últimos dias em liberdade. Na manhã de 4 de janeiro de 2024, o casal se preparava para embarcar de volta para Dubai no Aeroporto de Guarulhos quando Felipe foi preso pela Polícia Federal – apenas Abranches seguiu viagem. Horas depois, as contas de criptomoedas que continham dinheiro do casal, um total de 895 mil dólares, estavam zeradas. A PF suspeita que as transferências foram feitas por Abranches ou por funcionários do casal.

Desde então, Felipe ocupa uma cela no sistema prisional paulista, primeiro no Centro de Detenção Provisória 2 de Guarulhos e, mais recentemente, na Penitenciária 2 de Tremembé, onde recebe regularmente a visita de seus pais. E réu em duas ações penais na Justiça Federal – ainda não julgadas até o fim de agosto –, acusado de lavagem de

Tarsila do Amaral

Figura só, 1930



Os incêndios na Amazônia me levaram a criar uma versão atualizada da minha obra-prima "Figura só".



dinheiro, associação criminosa, evasão de divisas e participação em organização terrorista. Procurada pela **piauí**, a defesa de Felipe não quis se manifestar, sob o argumento de que as ações penais tramitam sob sigilo. Disse apenas que "tudo está sendo devidamente esclarecido perante o Poder Judiciário".

Se a Operação Colossus pôs fim à lavanderia de dinheiro sujo criada pelos maiores **criptobóys** de São Paulo, eliminar o branqueamento de capitais do crime organizado por meio de moedas virtuais é tarefa bem mais complexa.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os criptoativos estão entre os setores mais propícios à lavagem de dinheiro do crime organizado no Brasil, ao lado das **fintechs** e das **bets**. Isso se deve às vantagens operacionais das moedas virtuais, como a rapidez nas transações e a dificuldade de identificação do dono do dinheiro. Sem contar a possibilidade de criar criptomoedas por meio de cálculos gerados automaticamente por dezenas de computadores. "Esse mercado é absolutamente descentralizado, enquanto os órgãos de combate a esse crime atuam em uma extensão territorial limitada. Estamos muitos passos atrás", diz o procurador Andrey Borges de Mendonça, do Ministério Público Federal em São Paulo.

Há alguns anos o PCC voltou sua atenção para as criptomoedas. Investigações da Polícia Civil de São Paulo e do Ministério Público mostram que pelo menos desde o início da década a organização criminosa tem lavado dinheiro via ativos virtuais. O empresário Antônio Vinicius Lopes Grtzbach, morto a tiros em novembro passado em pleno Aeroporto de Guarulhos, era suspeito de ter desviado 40 milhões de reais em criptoativos per-

tencentes a um traficante da facção, Anselmo Becheli Santa Fausta, o Cara Preta, assassinado em 2021.

O Brasil tem sua relevância no mercado de criptoativos. Em 2024, segundo dados da Receita Federal, registrou investimentos de 441 milhões de reais em moedas virtuais, um número que vem crescendo ano após ano. Atualmente, o país ocupa o 10º lugar no ranking dos maiores mercados de criptoativos do mundo, de acordo com a Chainalysis (a Índia lidera a lista, seguida por Nigéria, Indonésia e Estados Unidos). Um relatório de 2023 do Grupo de Ação Financeira (Gafi) estimava que, naquele ano, pelo menos quarenta corretoras de criptomoedas estavam atuando no Brasil.

Apesar do tamanho do mercado, até 2019 não havia nenhuma regulamentação para o mercado de criptoativos no país. Somente em junho daquele ano a Receita Federal publicou uma instrução normativa obrigando as corretoras de criptomoedas sediadas no Brasil a informar mensalmente ao fisco as movimentações financeiras dos seus clientes. O mesmo vale para empresas ou pessoas físicas que negociarem mais de 30 mil reais mensais em moedas virtuais com corretoras no exterior ou mesmo fora de corretoras.

Foi um avanço, afirma o procurador Alexandre Senra, do Ministério Público Federal, especialista no combate à lavagem de dinheiro com criptoativos. Ele explica, entretanto, que alguns gargalos legais importantes ainda sobrevivem: brasileiros que compram moedas virtuais à margem de corretoras conseguem escapar da fiscalização da Receita Federal. Uma lei sancionada pelo governo federal em 2022 tenta fechar essa lacuna, mas a nova norma ainda aguarda regulamentação do Banco Central. **Q**